



“Quando a crise faz o empreendedor”: desemprego e empreendedorismo no jornal *O Estado de S. Paulo* ¹

Bruna Bakker²

Julia Salgado³

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Resumo

Neste artigo, analisamos a série de reportagens “Quando a crise faz o empreendedor”, publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, entre agosto e setembro de 2015. Organizada em três capítulos, a série relata as trajetórias de brasileiros que ficaram desempregados durante a chamada *crise econômica* no país e que decidiram, por diversas razões, se “aventurar no universo empreendedor”. Mediante este cenário de instabilidade empregatícia, as reportagens reforçam o empreendedorismo como solução tanto para enfrentar as adversidades financeiras e complementar a renda em tempos de “crise”, como também para realizar o sonho de ter o próprio negócio ou de encontrar um propósito na vida. Através de uma análise discursiva deste material, investigamos de que modos a cultura empreendedora enseja modelos de conduta e de subjetividade afeitas ao cenário neoliberal, espelhando e contribuindo para uma mudança estrutural no que tange os conceitos de “emprego” e “desemprego”.

Palavras-chave: desemprego; empreendedorismo; discurso; subjetividade; Estado de S. Paulo.

Introdução

O ano de 2015 foi marcado por grande consternação na mídia nacional acerca dos efeitos da “crise brasileira”. Mediante o cenário de turbulência política e econômica no país, as altas consecutivas nos índices de desemprego publicadas pelo Instituto Brasileiro de

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho Cultura Empreendedora e Espaço Biográfico, do 6º Encontro de GTs de Pós-Graduação - Comunicon, realizado nos dias 14 e 15 de outubro de 2016.

² Doutoranda do PPGCOM/UFRJ, orientanda do prof. Dr. João Freire Filho, bolsista CNPq e associada ao grupo de pesquisa NEMES. Email: bruna.bakker@gmail.com.

³ Doutoranda do PPGCOM/UFRJ, orientanda do prof. Dr. João Freire Filho, bolsista CNPq e associada ao grupo de pesquisa NEMES. Email: juliasalgado@gmail.com



Geografia e Estatística foram sistematicamente noticiadas na grande mídia⁴. Reportagens com títulos impactantes como “Medo do desemprego atinge maior nível desde 1999” (Economia, *O Estado de S. Paulo*, 03/07/2015), “Crise no trabalho – Desemprego por todo lado” (Economia, *O Globo*, 09/09/2015), “O massacre do trabalho: aumento do número de desempregados é violento e rápido como não se via desde 2003” (Mercado, *Folha de S. Paulo*, 23/10/2015) atribuíram caráter singular não apenas à chamada *crise* no país, mas também às suas consequências no mercado de trabalho. Segundo a colunista Flávia Oliveira, de *O Globo*, o “extermínio galopante de postos de trabalho neste 2015 de crise” não representaria apenas um impacto passageiro na economia, mas estaria transformando o próprio “modelo brasileiro de inserção profissional”. Para ela, “o emprego como nós conhecemos, aquele com ou sem carteira assinada, crescentemente dá lugar à ocupação empreendedora. (...) No novo tempo, por falta de opção ou por escolha, o que se busca é cliente, não patrão” (Sociedade, *O Globo*, 01/11/2015).

Em 1º de dezembro de 2015, o movimento que alia *crise*, *desemprego* e *empreendedorismo* é apresentado pelo *Jornal da Globo* (Rede Globo) com uma nova variante: o *freelancer*, profissional que trabalha por “*jobs*”, sem vínculo empregatício. Segundo a reportagem, o aumento no número de *freelancers* não seria apenas uma consequência da crise econômica, mas também do perfil de muitos jovens profissionais: “A nova geração, essa faixa dos 20 aos 30 anos, ela demanda também mais flexibilidade (...) [um] profissional mais novo que já não quer aquela dependência da carteira assinada”. Após a reportagem, que apresenta casos bem-sucedidos de *freelancers*, a comentarista de finanças pessoais Mara Luquet dá dicas de organização financeira para o *freelancer* se manter e prosperar no mercado. A primeira delas, sintomaticamente, é “pensar como uma empresa, pensar como um empresário”. Nas entrelinhas dos discursos, é possível perceber como o cenário de crise atual não se apresenta apenas como sendo conjuntural (isto é, como consequência de um mal desempenho da economia), mas acima de tudo estrutural: mais do

4 “Desemprego fica em 5,9% em fevereiro, mostra IBGE” (*Globo.com*, 26/03/2015); “Desemprego no Brasil sobre para o maior nível nos últimos três anos” (*Jornal Nacional*, 28/04/2015); “Taxa de desemprego sobe a 8,1% no trimestre até maio, aponta IBGE” (*Valor Econômico*, 09/07/2015); “Desemprego sobe a 8,9% no terceiro trimestre, o maior desde 2012, diz IBGE” (*UOL*, 24/11/2015); “Desemprego fecha 2015 em 6,8%, segundo IBGE” (*NE10*, 28/01/2016).



que uma crise da economia, o que se configuraria agora é uma crise do mercado de trabalho, mais especificamente do modelo de trabalho assalariado, hegemonizado com o capitalismo industrial. Nesse âmbito, a equivalência de significados entre os termos “trabalho” e “emprego” cairia por terra, sendo a partir de então mais coerente pensar no trabalhador como aquele capaz de criar seu próprio trabalho, o “trabalhador empreendedor”. O *homo oeconomicus* profetizado por Foucault no final da década de 1970 – “o empreendedor de si mesmo” (FOUCAULT, 2008, p. 311) – ganha visibilidade e notoriedade na mídia brasileira, tornando-se panaceia à crise do emprego.

Partindo deste cenário de crise econômica no Brasil e do apontamento de uma dispersão discursiva na mídia que liga o desemprego à crise e coloca o empreendedorismo como solução, propomos analisar a série especial “Quando a crise faz o empreendedor”, produzida pelo jornal *O Estado de S. Paulo* entre agosto e setembro de 2015⁵. Dividida em três capítulos, a série apresenta histórias de pessoas que decidiram empreender, a despeito da crise. Enquanto em alguns casos o empreendedorismo se configura como sendo de “oportunidade”, ou seja, formado por indivíduos que “têm dinheiro e sangue frio para olhar ao redor e identificar boas oportunidades”, a grande maioria é de empreendedores por “necessidade”, “grupo dos que perderam o emprego, não conseguiram voltar para o mercado de trabalho e se viram forçados a montar um negócio”.

Ao longo da narrativa delineada por *O Estado de S. Paulo*, é possível perceber como as vicissitudes apresentadas pela crise econômica são contornadas com construções subjetivas atinentes ao atual modelo liberal de gestão de si. Através de uma análise discursiva deste material, investigamos de que modos o imaginário empreendedor enseja modelos de conduta e de subjetividade afeitas ao cenário neoliberal, espelhando e contribuindo para uma mudança estrutural no que tange os conceitos de “emprego” e “desemprego”. Dito isto, antes de iniciarmos a análise propriamente dita do objeto proposto, se faz necessário explorar historicamente o conceito de “desemprego”.

⁵ As reportagens que formam a série especial foram publicadas pelo jornal *O Estado de São Paulo* em três domingos consecutivos de 2015: 23/08, 30/08 e 06/09. Atualmente, o material está disponível no endereço: <http://infograficos.estadao.com.br/economia/quando-a-crise-faz-o-empendedor/>.



Da emergência à crise do desemprego

Em “Da invenção do desemprego à sua desconstrução” (1998), o economista e sociólogo Jérôme Gauthier defende que o desemprego foi um constructo histórico, germinado no final do século XIX e consolidado nos anos 30 do século XX. É neste período que o desemprego se torna cerne da “questão social” nos países ocidentais industrializados, e objeto de intervenção pública através de políticas de pleno emprego e de assistencialismo social. Compreender a gênese do desemprego demanda o entendimento daquilo que o autor refere como “questão social”: a percepção dos problemas sociais como “remetendo à sociedade em seu conjunto, porque são causados pelo sistema social e/ou porque colocam em perigo esse sistema” (idem, p. 69).

Gauthier mostra que nas sociedades ocidentais pré-industriais (até o século XVII) o problema social residia na pobreza, centrando-se na figura do “vagabundo”, o “desfilado da tradição” que fugia à lógica de pertencimento e de serventia locais. Os pobres eram classificados entre *bons* e *maus*: aos primeiros (inválidos, crianças e velhos) é destinada a caridade cristã, com a esmola desempenhando o papel de “serviço social local” (CASTEL *apud* GAUTHIER, 1998, p. 70). Aos últimos (potencialmente válidos, porém ativamente vagabundos) cabe a repressão através das *poor laws* e *workhouses*, como já nos atentava Foucault (2008). A distinção no tratamento entre os *bons* e *maus* pobres pode ser diretamente associada à, então em voga, ressignificação da noção de trabalho: de castigo divino e signo de falta de fortuna, o trabalho passa a ser visto como atividade honrada e indispensável para o alcance da riqueza, seja ela terrestre ou divina. Na lógica produtivista então em processo de instauração, o trabalho servirá como grande referencial para o indivíduo e sua identidade perante a sociedade.

Com a industrialização, a pobreza e a vagabundagem dos feudos locais dão lugar ao pauperismo massivo dos centros urbanos. Ao lado do miserável sem trabalho surge a figura do trabalhador miserável, que em condições sub-humanas trabalha horas a fio para ganhar menos que o necessário a uma vida decente. O pauperismo gerado pelo capitalismo industrial será, segundo Gauthier, o novo problema capaz de abalar a estabilidade e a coesão social e, conseqüentemente, a própria ordem econômica. Mas em um contexto



crescentemente influenciado pelo pensamento liberal, o direito ao trabalho não é afirmado como objeto de intervenção direta do Estado; o livre acesso ao mercado de trabalho deveria, por si só, ser condição suficiente para solucionar o problema da falta de emprego. Somente no fim do século XIX inicia-se uma estabilização na relação trabalhador-empresa:

À concepção do *direito civil*, que faz do contrato de trabalho um simples contrato de troca entre dois indivíduos [...], sucederá a do *direito do trabalho*, que inscreve a relação de trabalho no tempo, e faz dele um vínculo de subordinação entre um indivíduo e uma entidade coletiva, a empresa. (GAUTIÉ, 1998, p. 74 – grifos no original).

Com o vínculo de subordinação entre indivíduo e empresa, cria-se o emprego; e com ele seu negativo, o desemprego. Agora, aqueles em estado de inatividade ganham uma categoria mais ampla a qual se afiliar: não mais apenas vagabundos ou pobres miseráveis, mas acima de tudo desempregados. Com isso, as opções de intervenção do Estado sobre esses sujeitos se ampliam, acrescentando à repressão (aos vagabundos) e ao assistencialismo puro (aos miseráveis) a formação de corpos aptos ao trabalho.

De fato, a busca pelo ajustamento das engrenagens do mercado de trabalho leva à criação de agências de empregos, onde poderiam ser diferidos os *bons* dos *maus* desempregados. Neste momento, predominava o entendimento de que os primeiros se encontravam nesta condição em função de um ocasional desempenho ruim da atividade econômica, devendo ser ajudados em sua recolocação no mercado. Já os segundos, não seriam “material empregável”, sendo, portanto, objetos de assistência (não apenas aquela financeira para a subsistência, mas também e principalmente a assistência na formação e capacitação da mão de obra— sempre na esperança de que o indivíduo deixe de ser um mero custo e se torne rentável). Encarado como problema número um da “questão social”, o desemprego será, de um lado, avidamente combatido pelas políticas de pleno emprego; e de outro, amplamente atenuado em suas penúrias pelas intervenções do *Welfare State*.

Ao aproximar-se dos dias atuais, a análise de Gautié tenta demonstrar como o constructo desemprego, tal qual formulado no início do século passado (ou seja, como uma consequência sofrida pelo indivíduo diante de uma dada situação socioeconômica de sua sociedade), é desconstruído. Em outras palavras, o autor procura demonstrar como, agora, o desemprego passa a ser percebido como uma responsabilidade individual, e não mais



social ou macroeconômica. Num “retorno da *localização* e da *individualização* da intervenção pública”, emerge a “concepção em que são, antes de tudo, as características dos indivíduos que explicam sua dificuldade de inserção, e não uma disfunção do sistema econômico e social” (idem, p. 80 – grifos no original).

No âmbito deste processo, “empregabilidade” passa a ser conceito importante e muito usado nos anos 1990, quando o acesso ao mercado de trabalho é dificultado pela globalização e a consequente eliminação de muitos postos de trabalho. Logo, no lugar daquele que depende do salário, deve estar o administrador de sua força de trabalho, “que providencia sua própria formação, aperfeiçoamento, plano de saúde, etc.” (GORZ, 2005, p. 10). Neste sentido, conclui Gaudié, ao redirecionar questionamentos e análises de problemas sociais a níveis individuais de resolução, seria a própria noção de “questão social” que se esvai. Hoje em dia, com a forte presença do modelo neoliberal de governo, observa-se a valorização do indivíduo autônomo que, desassistido pelo Estado, é capaz de gerir a si mesmo e está apto a sobreviver às oscilações do mercado. Sem as garantias do modelo tradicional de “emprego” (amparado por leis trabalhistas e pela previdência social) cada trabalhador passa a ser seu próprio vendedor e/ou empregador, tornando-se ele mesmo um potencial empreendimento.

Mediante este cenário de intensa mutação no mundo do trabalho e a crescente influência do *ethos* empreendedor, a série especial de *O Estado de S. Paulo* propõe apresentar a seus leitores algumas histórias inspiradoras de superação “de quem decidiu empreender num momento em que as incertezas da economia não permitem enxergar muito mais que um palmo à frente do nariz”, como veremos a seguir.

“Desempregado, não. Empresário”

Com o sugestivo título acima, o jornal inaugura o primeiro capítulo da série enfocando as trajetórias profissionais de pessoas que foram surpreendidas pelo desemprego após anos de serviços prestados em uma mesma empresa e que, por diferentes fatores, decidiram investir o dinheiro da rescisão em negócios próprios. Inexperientes no “universo empreendedor”, os personagens apresentados ao longo do capítulo representam, de certo modo, a situação daqueles que cresceram sob a expectativa do pleno emprego e têm de se



adaptar às novas circunstâncias do cenário laboral, como é o caso de Edilson, ex-funcionário da multinacional Ford:

O que Edilson Gomes mais queria na vida era ser um fordiano como seu pai – um metalúrgico que sustentou os quatro filhos trabalhando até a aposentadoria em uma das maiores montadoras do País. Parte desse sonho ele conseguiu realizar mas, há exatamente um ano, descobriu que não teria o mesmo destino.

Ao contrário do pai, Edilson viu o sonho de uma carreira linear e estável numa mesma empresa ir por água abaixo. Junto com outros 7,6 mil funcionários da indústria automobilística, perdeu o emprego que exerceu durante vinte anos na montadora devido à crise que fez as vendas de automóveis despencarem mais de 20% no primeiro semestre de 2015. Sem a “segurança que o sobrenome ‘Ford’ lhe garantia”, conforme destacou o jornal, Edilson se viu forçado a pensar num “plano B”: “meu sentimento era de um passarinho na gaiola que ia *ter de voar*”, desabafou o ex-metalúrgico. A saída encontrada foi abrir uma franquia, modalidade de empreendimento que supostamente alia as oportunidades de um novo negócio com a segurança de um modelo já testado, uma “alternativa inteligente” para aqueles sem experiência empresarial, sem salário fixo, e sem “tempo para dar errado”. Edilson representaria “estatísticas de dois setores da economia que vivem momentos praticamente opostos”: a alta no desemprego, que atingia 1,8 milhões de brasileiros em julho de 2015, segundo o IBGE; e o aumento no número de novas empresas, que chegou a quase 1 milhão no mesmo período.

Atualmente dono de um salão de beleza especializado em design de sobrancelhas, o qual administra junto com a esposa e a filha, Edilson se mostra feliz com a guinada na carreira e assume uma postura positiva em relação à temida crise econômica: “O Universo não teria evoluído se não fossem as crises. É nisso que estou pensando agora”, atesta o novo empresário. Pensamento semelhante é o de Ivirlhei Pereira, mais uma personagem do especial. Filha de lavradores do interior de São Paulo, a contadora que trabalhou com carteira assinada desde os 16 anos foi afetada por outro tipo de crise, de natureza política: era gerente administrativa da OAS, empreiteira investigada pela Polícia Federal na Operação Lava-Jato, e cujo quadro de funcionários foi reduzido em mais de 60% desde o início das investigações. Para ela, o cenário de crise do país configura uma “evolução necessária”, e “se trabalhar direito passará sem sofrimento por esse período”. Apesar do



cenário adverso e de quase duas décadas trabalhando no mesmo emprego, “ela tinha uma certeza: não admitia a ideia de responder novamente a um chefe. Queria mandar em si mesma. E também não estava disposta a procurar emprego para ganhar menos”.

As exigências da ex-funcionária são apresentadas pelo jornal como representativas de uma nova mentalidade no mercado, segundo a qual a vida corporativa é vista como enfadonha e limitada. Perspectiva que é legitimada não apenas pela fala de Irvilhei, mas que também é fundamentada pela reportagem através dos depoimentos de especialistas em “transição de carreira” e “*outplacement*”, como César Souza, do Grupo Empreenda, que vaticina: “Para muita gente a vida corporativa perdeu a graça”. Segundo ele, o “sujeito é demitido com 50 anos de uma empresa e não tem motivação para começar em outra companhia, ganhando menos, às vezes, e sem muita perspectiva de crescimento”. Assim, o empreendedorismo se apresenta como alternativa não apenas viável num cenário de alta de desemprego, mas sobretudo atraente, visto que libertaria o indivíduo das insígnias do “capitalismo fordista”, como horários inflexíveis, regras impostas e ordens de superiores.

No entanto, cumprindo seu papel informativo, *O Estado de S. Paulo* alerta para as ilusões de se pensar que a vida de patrão é menos laboriosa. Com foco novamente no segmento de franquias, a matéria traz o caso de Adriano Silva, que após ser demitido de uma fábrica de autopeças resolveu abrir uma franquia de lubrificação de carros.

Na fabricante de autopeças, de onde foi demitido em novembro do ano passado, ele cumpria uma jornada de oito horas por dia, de segunda a sexta-feira. Agora, dono do próprio negócio, trabalha até fim de semana, sem horário para ir embora. “Tem sábados que fico até as sete da noite. Não saio sem atender o último cliente”. Se não estivesse numa área de que gosta e vendo o dinheiro entrar, talvez já cogitasse desistir.

Se o ônus de um trabalho assalariado é apresentado em termos de rigidez de horários e funções, no universo empreendedor a *liberdade* de não ter um chefe traz como contraponto uma dedicação muitas vezes superior àquela de empregos fixos. Mas, no discurso do jornal, o possível impasse é solucionado pelo *prazer reconfortante de fazer o que gosta e ganhar dinheiro com isso...* Como já atentavam Boltanski e Chiapello (2009), a arregimentação da afetividade do trabalhador em seu ofício surge como eficaz ferramenta do “novo espírito do capitalismo”, menos preocupado com o domínio do corpo, e mais empenhado na conquista da “alma”.



Apresentados na narrativa criada pelo jornal como três casos de empreendedorismo por *necessidade*, os personagens se situam diante de novos paradigmas do mundo do trabalho. Vale observar que o intuito da reportagem não é o de exaltar o sucesso comercial das franquias dos personagens, uma vez que seus negócios ainda estão em estágio inicial. O que é destacado nas trajetórias de Edilson, Irvilhei e Adriano é a capacidade que todos tiveram de *agir* para mudar as circunstâncias do desemprego. Diante de um cenário econômico instável, em que pleno emprego parece desfalecer em prol de uma crescente demanda por trabalhos temporários e prestação de serviços, a tradicional busca por reingressar no mercado ou a espera por alguma política estatal de seguridade social, podem ser consideradas como sinais de preguiça, falta de ímpeto empreendedor ou de talento. Conforme aconselhou o economista e prêmio Nobel da Paz, Muhammad Yunus: “não chore por estar desempregado, crie seu emprego” (*Folha de S. Paulo*, 05/05/2015).

Se durante o capítulo 1 da série de reportagens, o jornal preconizou as histórias dos que foram demitidos, a sessão seguinte do especial foi dedicada à situação inversa. Sob o título “Empreendedores de coragem”, no segundo capítulo somos apresentados às biografias daqueles que tiveram “coragem de largar tudo para montar um negócio próprio em meio à crise”. Ao contrário das narrativas anteriores, aqui “não foi a crise ou uma demissão inesperada que [os] obrigou a empreender, mas a sensação de que, apesar do momento ruim da economia, havia uma oportunidade que não podia ser desperdiçada”. No caso de Christiano Moreno, a oportunidade era seguir seu coração e buscar um “trabalho com propósito”. Ex-executivo de RH da Vale, Moreno largou a segurança de “uma das maiores mineradoras do mundo” pela vontade de “atender a pequenas e médias empresas, com a possibilidade de fazer projetos ‘transformacionais’ que possam ir além do departamento de recursos humanos”. Embora tenha enfrentado críticas de colegas e familiares que o consideravam “doido de largar um emprego na Vale”, Cristiano estava cansado de “enfrentar a rotina corporativa, com pouca autonomia e sem muita novidade” e, portanto, decidiu arriscar em seu sonho:

“Sei que se eu fizer com vontade e com disciplina, terei retorno”. O retorno ao qual ele se refere não é financeiro. Se isso fosse prioridade, diz, não teria deixado a Vale e o salário parrudo da mineradora. Moreno está em busca de satisfação e de qualidade de vida.



A referida aspiração é destacada no gráfico “Sonho Empreendedor”, que mostra ser esta a intenção de 38,5 milhões de brasileiros, de acordo com dados do Data Popular. A retórica do sonho de “ser o próprio chefe” (e suas variáveis: “ser dono do próprio nariz”, “ser dono do seu destino”, “dar adeus ao patrão”) alastra-se na mídia, como exemplifica a matéria d’*O Globo* que abre este artigo. Na série aqui analisada, ela é acionada através da trajetória de Pimentel: “filho de uma costureira e de um torneiro mecânico, (...) sempre quis ter o próprio negócio. Durante anos, idealizou vários projetos mas nunca teve coragem de colocá-los em prática”. A oportunidade surgiu quando percebeu a moda das feiras gastronômicas, “um dos programas preferidos dos paulistanos descolados”. Pediu demissão de seu emprego e, junto com a esposa, criou o “Escondidinho do Portuga” para ser vendido em feiras de São Paulo. Para legalizar seu negócio, Pimentel e a esposa viraram microempreendedores individuais (MEI), figura jurídica criada pelo Governo Federal com o intuito de tirar da informalidade mais de 10 milhões de brasileiros. Em contrapartida a um pagamento fixo mensal, o MEI passa a ter acesso a benefícios previdenciários e mercadológicos, como aposentadoria, auxílio doença, facilidades para acessar crédito e apoio técnico, entre outros.

O MEI é apresentado na matéria como “modalidade empresarial para quem trabalha por conta própria e fatura até R\$ 60 mil por ano”, o “tipo de negócio que vem puxando os indicadores de abertura de empresas em 2015”. Isso porque, enquanto a abertura de demais tipos de empresas (limitadas, individuais e de outras naturezas) sofreu quedas ao longo do ano, o MEI teve um aumento significativo, de mais de 10%, representando oito em cada dez novos negócios no país. Mais do que uma saída paliativa à situação particular de desemprego, os microempreendedores individuais são retratados como um valioso recurso ao Brasil, uma vez que entrando para o universo empreendedor acabam gerando renda e empregos a toda nação: “As pequenas empresas respondem hoje por 27% do PIB brasileiro e empregam 17 milhões de pessoas, segundo dados do IBGE”. Desse modo, tais dados embasam a defesa do MEI como alternativa viável à crise: “Não há nenhuma economia que saia da crise desconsiderando um segmento que é responsável por quase um terço do PIB”, diz Luiz Barreto, presidente do Sebrae”.



Os esforços para a popularização e a capilarização da subjetividade empreendedora na sociedade encontram no MEI a ferramenta ideal, artefato de uma governamentalidade preocupada não apenas em ajustar cidadãos “desajustados” (os trabalhadores ditos “informais”, que não pagam impostos), mas também em transferir a responsabilidade pela inserção no mercado do nível institucional para o individual. Inserida na lógica empresarial da autonomia irrestrita e da competitividade sancionada, uma nação empreendedora teria todos os atributos para prosperar economicamente, a despeito de qualquer turbulência econômica, já que seu sucesso dependeria menos de fatores objetivos, como os macroeconômicos, e mais de atributos subjetivos como resiliência, determinação e capacidade de superar obstáculos. Esse tipo de visão é endossada com a história de André Rezende, empresário que acumulou “sete fracassos na vida” até dar certo com sua fábrica de fornos. A resiliência diante dos desafios enfrentados na trajetória empreendedora – como a hiperinflação, o confisco ou os apagões – é apresentada como característica comum ao povo brasileiro, acostumado a “crescer em meio à restrição”: “Empreender durante períodos de dificuldade econômica foi, na verdade, o que mais os brasileiros fizeram até agora”, constata o empresário. No duplo processo de naturalização discursiva – de um lado, o brasileiro como desejoso de ter o negócio próprio; de outro, como sendo um povo habituado a cenários de incerteza, próprios do universo empreendedor –, sedimenta-se a noção do empreendedorismo como solução perfeita à crise brasileira. Procurando contemplar a variedade de tipos de “empreendedores” no país, o jornal não se furtou a mencionar outra importante categoria que constitui a economia brasileira: o setor informal.

Em “O Brasil que se vira”, terceiro e último capítulo da série de reportagens, o tom adotado é menos eufórico que nas sessões anteriores e enfoca o avanço do trabalho informal no país. Relatando casos de quem ficou desempregado e não conseguiu recolocação no mercado, somos apresentados às histórias de Valquíria, Janete, Vagner e Érika, pessoas que fazem parte de “um exército de trabalhadores praticamente invisíveis, que nem o IBGE consegue identificar com precisão em suas estatísticas”. Segundo o jornal, um contingente de 22 milhões de pessoas que está “na informalidade, fazendo bicos e tentando se virar”.

Diferentemente dos “empreendedores de coragem” apresentados na semana anterior, o empreendedorismo descrito na última reportagem da série é motivado pela



necessidade. Como no caso de Valquíria, cuja “carteira de trabalho foi parar no fundo da gaveta, sem data para sair de lá”. Demitida de uma montadora de ônibus e sem conseguir outro emprego, “foi à luta” e começou a fazer sabonetes artesanais para complementar a renda familiar. Aos poucos, está conseguindo um ganho compatível com o que tinha antes. A mesma necessidade de complementação da receita doméstica levou outra personagem, Janete, a fazer “bolos no pote”, ofício que lhe rende mais que o salário como secretária lhe provia. Apesar da conquista de um pecúlio mais elevado, suas novas atividades são enquadradas, no discurso do jornal, dentro de uma crescente (e preocupante) economia subterrânea, formada por “atividades não declaradas ao poder público”.

O bolo no pote da Janete e os sabonetes da Valquíria devem contribuir com isso [aumento da economia subterrânea], ainda que elas não façam ideia do que seja essa tal economia subterrânea. Mas afirmam que, se pudessem, não fariam parte dela. Valquíria preferia estar empregada. Janete gostaria de ter sua confeitaria, com tudo certinho no papel.

Para realizar o sonho de ter o próprio negócio “com tudo certinho no papel”, “Janete terá de transpor as muitas barreiras que existem no caminho da formalização: burocracia e altas cargas tributárias”. Obstáculos supostamente superáveis através de uma figura já apresentada anteriormente e que retorna como alternativa à atividade informal: o MEI, “uma porta de entrada para quem trabalha na informalidade”. Depois de arregimentar mais de 5 milhões de indivíduos, a previsão era que o número de MEIs dobrasse: “Não é possível saber exatamente, mas a estimativa é que o estoque de brasileiros com potencial para se tornarem microempreendedores individuais é de 5 milhões”, diz o presidente do Sebrae, Luiz Barretto”. Somados os MEIs já existentes e aqueles “em estoque”, fala-se de 10 milhões de brasileiros, o que representa cerca de 5% da população total e 10% da população economicamente ativa, de acordo com dados do IBGE. Números nada desprezíveis e que justificam os esforços institucionais e midiáticos para a divulgação e a convocação desta nova figura jurídica como atinente à contemporânea conformação de um mercado de trabalho que requer indivíduos autônomos e autossustentáveis, mas ainda assim contribuintes. Em resumo, eficientes geradores de renda e bons pagadores de impostos.

No escopo dos brasileiros *que se viram* apresentados por *O Estado de S. Paulo*, também estão aqueles que se aventuraram por novas alternativas de prestação de serviço



que, de tão recentes, são difíceis de serem enquadradas formalmente. É o caso de Érika e Wagner, que após serem demitidos de seus empregos se tornaram motoristas do Uber, famoso aplicativo de celular, avaliado em 53 bilhões de dólares, que oferece transporte privado urbano. Ainda sem “uma norma para regular esse serviço”, o Uber é apresentado como representante de uma nova economia, em que as relações entre empresa e trabalhadores se dão em termos de “parceria”, e não “assalariamento”. “O motorista não tem carteira assinada”; “é livre para trabalhar nos dias em que quiser e por quantas horas desejar” e “a empresa fica com 20% de cada corrida e o motorista com os 80% restantes”.

Essas condições, segundo o próprio aplicativo, são um dos fatores que descaracterizam o vínculo empregatício entre a empresa e os motoristas. Mas essa relação também é polêmica. Na semana passada, um juiz federal em San Francisco, nos Estados Unidos, deu status de ação coletiva a um processo movido por três condutores da empresa, que querem ser reconhecidos como funcionários e não como prestadores de serviço.

Últimos personagens apresentados pelo especial, Érika e Wagner surgem como exemplos de um novo modelo de trabalho que ainda não tem a sua natureza jurídica definida. Alvo de muitas polêmicas, o impasse legal do Uber no Brasil ganhou recentemente uma nova proposição, segundo a qual os motoristas de carros de luxo associados à empresa seriam enquadrados como MEI, pagando o tributo devido e sendo, assim, legalmente reconhecidos, conforme consta no Projeto de Lei 530⁶, de agosto de 2015. Ainda em tramitação no Senado, o projeto teve seu texto inicial lançado às vésperas da publicação de “Quando a crise faz o empreendedor” e, talvez por isso, o MEI não surgiu como alternativa nos casos de Érika e Wagner.

De todo modo, é significativo que o modelo de trabalho instaurado por um aplicativo como o Uber – inserido na lógica do consumo compartilhado e do capitalismo flexível – feche uma série de reportagens sobre desemprego e empreendedorismo que se iniciou com um ex-trabalhador da Ford, empresa epítome do modelo de trabalho assalariado. Em tempos de mudança de paradigma, quando não é mais necessário possuir um carro para andar em um, não estranha que o modelo típico de trabalhador passe do “assalariado fordiano” para

⁶ Disponível em: <http://senadofederal.tumblr.com/post/126669299602/uber-pode-ser-regulamentado-em-todo-o-pa%C3%ADs>. Acesso em: 02/02/2016.



o “flexível e resiliente empreendedor”. Da mesma forma que a criação do emprego e do desemprego foi importante, no fim do século XIX, para estabilizar o mercado de trabalho, oferecendo uma massa de trabalhadores regulares e mantendo a coesão social; agora talvez o novo capitalismo demande uma massa de trabalhadores informais, prestadores de serviço, *freelancers*... Em suma, empreendedores de si, cada um “se virando” como pode.

Conclusão

Em “Quando a crise faz o empreendedor”, somos apresentados a numerosos dados estatísticos de institutos como IBGE, Data Popular, Serasa Experian e Sebrae, além de depoimentos de especialistas, como consultores em mercado de trabalho e acadêmicos – que buscam endossar o argumento de que a crise econômica e o aumento do desemprego vêm estimulando o ímpeto empreendedor do brasileiro. Apesar da propriedade de tais informações, o fio condutor das reportagens está nas “histórias de vida exemplares” (BUONANNO, 2011) de brasileiros que enfrentaram a crise e o desemprego com coragem e resiliência. Ao trazer para a narrativa jornalística a trajetória pessoal de indivíduos essencialmente comuns, mas pontualmente extraordinários, uma vez que souberam “superar” com êxito uma situação afligente, *O Estado de S. Paulo* apresenta um receituário de ação adotado por “heróis de todos os dias” (idem), pessoas eficazes em modular seus modos de ser e estar no mundo de acordo com a atual tônica do mercado: a mentalidade empreendedora.

Desse modo, a narrativa da série aqui analisada (que se soma a tantas outras semelhantes), deve ser examinada nos termos de um “contrato comunicacional”, onde há a busca pelo “efeito de realidade, pois não basta apresentar as receitas biopolíticas para erigir o eu capital; é preciso mostrar que ela funciona em casos concretos, por meio de testemunhos” (PRADO, 2011, p. 53). Conhecendo as histórias de “empreendedores de coragem”, “brasileiros que se viram”, enfim, “empresários, e não desempregados”, o leitor é levado a acreditar que a resolução dos problemas causados pela crise e pelo desemprego depende apenas de um esforço pessoal no sentido de se adequar à racionalidade neoliberal que demanda subjetividades autônomas, predispostas ao risco e à competição, flexíveis e em constante movimento. Enfim, subjetividades empreendedoras.



Referências Bibliográficas

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Evè. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BUONANNO, Milly. Histórias de vida exemplares. Biografias. **Revista MATRIZES**. Ano 5, n. 1, p. 63-84, 2011.

EHRENBERG, Alain. **O culto da performance**. São Paulo: Ed Idéias & Letras, 2010.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GAUTIÉ, Jérôme. Da invenção do desemprego à sua desconstrução. **Revista MANA – Estudos de Antropologia Social**. v. 4, n.2, out. 1998.

GORZ, Andre. **O imaterial: conhecimento, valor e capital**. São Paulo: Annablume, 2005.

PRADO, José Luiz Aidar. De navios a estrelas na construção biopolítica do eu capital. In: COELHO, M. G. P. e FREIRE FILHO, J. (orgs) **A promoção do capital humano: mídia, subjetividade e o novo espírito do capitalismo**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**. Rio de Janeiro: Record, 1999.